

Não é possível separar o professor Fernando Henrique Cardoso, sociólogo de renome internacional, do presidente Fernando Henrique Cardoso, chefe de governo e de Estado. Quando ele recebe títulos honoríficos de instituições como a Universidade de Cambridge e a London School of Economics and Political Science, não se pode dizer que apenas o acadêmico está sendo homenageado, pois o gesto transborda da dimensão pessoal para a Nação que o presidente representa. Esse é um ônus do poder. Enquanto for presidente, nada do que o sr. Fernando Henrique Cardoso disser ou escrever ficará fora do contexto da política nacional que ele dirige. Nem sempre, porém, o presidente Fernando Henrique Cardoso se lembra disso. Talvez por isso, quem ouve seus pronunciamentos fica, com frequência, com a sensação de que falta algo.

O discurso feito em agradecimento ao grau de doutor honoris causa recebido da London School of Economics deixou essa impressão. O presidente pregou o que chamou de "radicalização da democracia" com vigor e entusiasmo, mas deixando de lado alguns aspectos ex-

tremamente importantes para a consolidação e a expansão da democracia no Brasil, como o fortalecimento dos partidos e o acatamento da lei. Sem partidos fortes e sem leis acatadas, a participação dos grupos sociais no processo democrático resvala para a desordem e para a anomia. O discurso presidencial, portanto, não peca pelo que disse, mas pelo que omitiu.

Sem o fortalecimento dos canais tradicionais de intermediação e sem o rigoroso respeito à lei, que vale para todos, independentemente de condição social e econômica e de nível de organização, a "radicalização" da democracia nada mais será que a transformação do Estado e do espaço social na arena onde se digladiariam os segmentos, a minorias que, pela boa doutrina, devem poder se fazer ouvir. A democracia, de fato, não se pratica sem a audiência das minorias e sem que existam possibilidades concretas de que elas sejam representadas. Mas essa condição necessária à existência da democracia não pode ser pretexto para a substituição das lutas partidárias — que são normais num regime conflitivo por natureza — e das lutas de classe — que deveriam desaparecer em uma

sociedade sadia — por conflitos corporativos, de todos contra todos, porque cada qual sempre se identificará com um grupo social minoritário.

Uma coisa é a democracia na qual todos se fazem ouvir. Outra é o regime no qual todos os que têm algo a dizer se julgam no direito de impor seus problemas e suas soluções contra a vontade da maioria. Há papéis que não podem ser confundidos. Organi-

zações como as ONGs e as associações de cidadãos têm papel importante, quase insubstituível, no despertar de consciências e na formação de consensos a respeito de temas que os canais tradicionais de representação tendem a omitir ou a relegar a segundo plano. Mas quando tais organizações passam a agir como se partidos fossem, sem sê-lo, e seus líderes se comportam como se fossem legítimos representantes da Nação sem ter recebido um só voto para isso, é evidente que a democracia não está sendo "radicalizada" ou enriquecida. Ao contrário, encontra-se sob ataque.

O Movimento dos Sem-Terra

é hoje o mais gritante exemplo desse tipo de desvio democrático. Seus líderes tentam impor ao País um tipo de organização social e econômica, pressionando a opinião pública nacional e internacional e recorrendo à ação direta, em flagrante violação da lei que deveria valer para todos. E o governo trata esse movimento com leniência, porque faz parte de sua doutrina "ouvir" a todos.

Fora da ordem e da lei e dos canais de representação pode-se ter radicalização, mas não democracia

A "radicalização" da democracia não é apenas um fascinante tema acadêmico. É um problema da prática cotidiana da cidadania e dos governantes. Se transplantada sem maiores cuidados do plano acadêmico para a vida real, essa idéia será o rastilho que explodirá a mina que estilhaçará a sociedade em milhares de grupelhos, cada qual coberto de razão em suas reivindicações e em seus ideários. Sem o filtro da lei e da ordem — os dois ingredientes que fazem o cimento da democracia sem adjetivos — e fora dos canais da representação política eleita pelo povo, pode-se ter a "radicalização", mas faltará a democracia.